Programa de Governo do PSOL para Paraíba

#TÁRCIO_GOVERNADOR_50

#MARCOS_DIAS_VICE

Para Além das Urnas, por Direitos e Liberdade.

#paraalémdasurnas #pordireitoseliberdade

APRESENTAÇÃO

O presente documento é mais que um atendimento formal para as exigências da Justiça Eleitoral Brasileira no momento do registro das candidaturas ao Governo do Estado, é o resultado de um longo processo de diálogo e análise da realidade da Paraíba em seus diversos aspectos, momentos que permitiram uma síntese coerente com o clamor das mobilizações de junho de 2013, construída de forma horizontal e superior ao Partido Socialismo e Liberdade da Paraíba (PSOL-PB).

O Programa de Governo apresentado por Tárcio, candidato do PSOL-PB ao Governo do Estado da Paraíba, foi elaborado tendo como referência: informações oficiais; reivindicações de diferentes movimentos sociais; diálogo com outros partidos políticos; diagnóstico elaborado pelo Fórum dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado da Paraíba sobre a realidade dos/as Servidores/as e das Políticas Públicas na Paraíba; em reuniões com militantes sociais conhecedores/as de diferentes áreas; por atividades organizadas pelo PSOL; e pelo empenho do nosso candidato em seus estudos e com seu conhecimento acumulado.

Seguindo o formato das "Diretrizes Gerais para o Programa de Governo nas Eleições de 2014", aprovadas na Convenção Nacional do PSOL, estruturamos o Programa de Governo do PSOL para Paraíba inicialmente com essa apresentação, seguida dos seguintes tópicos: 1.

Programa de Governo do PSOL para Paraíba

Diretrizes e princípios para um Programa de Governo Ecosocialista e Libertário; 2. Modelo de Desenvolvimento, o Ser Humano e a Infraestrutura; 3. Estrutura do Governo Popular; e 4. Conquistando Políticas Públicas e Direitos.

Ao afirmarmos que nosso Programa para Paraíba é "Para Além das Urnas, por Direitos e Liberdade", assim fazemos por entender que o Poder Popular, por meio da participação direta, é infinitamente superior aos limites da democracia representativa. No Governo do PSOL escutaremos e dialogaremos primeiramente com o povo da Paraíba, depois com as estruturas formais que, na maioria das vezes, não garantem, sequer, o direito da população ser escutada.

Na República, o Poder emana do povo. A estrutura de Governo da Paraíba vive há décadas sob a sobra da velha política. O Governo do PSOL, sempre em diálogo com a população da Paraíba, buscará de todas as formas fazer valer a República em nosso Estado. A única forma de impedir o aparelhamento do Estado por um determinado setor econômico e/ou político é garantir a modernização da estrutura de Governo, estabelecer a cultura do diálogo e da transparência, respeitar as Leis e devolver as Políticas Públicas para os/as que vivem na Paraíba; esses elementos são urgentes para que passemos a viver, de fato, em um Regime Democrático de Direitos, pondo definitivamente um ponto final ao autoritarismo e ao jogo de interesses impregnados na estrutura do Estado. Direitos e participação direta, essa é a voz das ruas!

1. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA DE GOVERNO ECOSOCIALISTA E LIBERTÁRIO

Um Programa de Governo, se elaborado apenas com propostas e metas, pode até ser um texto de alta qualidade gramatical e com uma bela projeção do futuro; mas sem princípios e diretrizes claras que digam de que lado esse governo estará, poderá ser apenas um peça de ficção que pode não servir em absolutamente nada aos anseios da sociedade. Por esse motivo, iniciamos nosso Programa "Para Além das Urnas, por Direitos e Liberdade" com princípios e diretrizes que permitirão não apenas transformar a Paraíba, mas contribuir para construção de uma sociedade sem exploração de classe e, desde já, combatendo todas as formas de discriminação, sejam elas em função de classe social, cor/raça, crença, orientação sexual, regionalidade ou nacionalidade.

São princípios norteadores do nosso plano de governo:

Programa de Governo do PSOL para Paraíba

1– A defesa da liberdade, do pluralismo político, da democracia e dos direitos humanos;

2– A defesa da supremacia do interesse público sobre os interesses privados;

3– Condicionamento do direito de propriedade privada ao efetivo cumprimento da função social da propriedade e a defesa de um meio ambiente saudável para todos;

4– Dialogo e transparência como mecanismo fundamental na gestão coletiva das políticas públicas;

5– Ter uma conduta ética, e de combate a corrupção e punição dos corruptos, como dever de todo governante e cidadão;

6– Defesa do meio ambiente como condição fundamental para sobrevivência da humanidade em meio a seu desenvolvimento econômico e social;

7– Garantia da participação popular nas decisões, acompanhamento e avaliação do Governo.

São diretrizes e metas do nosso governo:

1- Gestão participativa e avaliação periódica de desempenho dos diversos órgãos públicos, com participação dos usuários no processo de avaliação e no apontamento de medidas preventivas e corretivas. Criaremos o Sistema Estadual de Decisão, Monitoramento e Avaliação Popular com o objetivo de construir uma gestão na qual o Poder Popular seja parte da administração do Governo da Paraíba. O Congresso do Povo será a maior instância do Sistema;

2- Realizar uma auditoria popular sobre a situação atual do Estado da Paraíba para identificar como está a situação financeira, quem são credores e devedores, a situação dos contratos públicos, a dívida do Estado, os/as servidores/as públicos e a infraestrutura básica. Essa auditoria será construída com a participação da sociedade civil e seus auditores serão escolhidos por sorteio em praça pública, considerando os diferentes campos de saber e a diversidade das organizações da sociedade civil, de forma a preservar a autonomia e a independência do levantamento contábil, operacional e financeiro;

3- Publicar regularmente, e de forma didática, a Prestação de Contas do Estado na imprensa local e na rede mundial de computadores, especificando receitas e despesas do período

tarciogovernador50@gmail.com

de forma que qualquer pessoa possa entender e avaliar a situação orçamentária e financeira do Estado. O sistema de prestação de contas do Estado deverá conectar seus dados com as informações de gestores, servidores/as e fornecedores aos sistemas da Receita Federal e da Justiça Eleitoral, podendo as informações serem localizadas por CPF e CNPJ, facilitando a fiscalização por parte da população e dos órgãos de fiscalização;

4- Profissionalizar e moralizar a máquina pública com a contratação imediatamente dos/as aprovados/as em Concurso Público e realizar concurso nas diferentes Secretárias e demais instâncias do Governo para garantir o funcionamento das políticas públicas; evitando o aparelhamento tão questionado pela população e garantindo o direito de que os/as contratados/as, nas formas mais precárias existentes, possam ter o direito de efetivar seu vínculo por meio de Concurso;

5- Estabelecer a concorrência pública como critério fundamental para a seleção de qualquer contrato com o Governo, inclusive na área de transporte, comunicação e publicidade;

6- As Secretarias e a quantidade de seus cargos comissionados precisam ser reestruturados, reduzidos e escolhidos de forma democrática. Essa estrutura precisar ser compreendida como uma rede que deve trabalhar de forma articulada e tendo como foco a coletividade, não como cabide de emprego ou negociata política. Transversalidade, essa é outra importante diretriz que não pode ser compreendida separadamente da organização das Secretarias e Serviços Públicos;

7- O entendimento de que vivemos um Estado laico deve ser considerado em todas as ações ou planejamento do Governo.

2. MODELO DE DESENVOLVIMENTO, O SER HUMANO E A INFRAESTRUTURA

Não podemos permitir que a Paraíba seja transformada uma terra devastada pelo capital, ocupada prioritariamente por fábricas de cimento, mineração descontrolada ou pelo Agronegócio. Precisamos pensar a ampliação do Porto de Cabedelo com uma política de desenvolvimento clara e que respeite os seres humanos e o meio ambiente como parte de uma mesma sociabilidade e necessidade comum para sobrevivência de ambos.

Programa de Governo do PSOL para Paraíba

Estagnar o espontaneismo desordenado das tentativas de desenvolvimento sem o planejamento adequado é o primeiro passo para pensar um Desenvolvimento Econômico que exista de modo a garantir o Desenvolvimento Humano. Para construir o Plano de Desenvolvimento da Paraíba começaremos com a realização de um zoneamento econômico do território estadual de modo que os investimentos públicos e privados sejam direcionados e racionalmente potencializados, gerando mais emprego e melhores condições de vida para todos. A transversalidade é fundamental, também, para essa etapa.

A Profissionalização da população através de um plano estadual de educação profissional, articulado com a educação de jovens e adultos e respeitando a transversalidade de forma prioritária na valorização da cultura e do turismo, precisa ser parte do Plano de Desenvolvimento da Paraíba.

A organização do Sistema de Manutenção Preventiva e Corretiva da infraestrutura básica do Estado (estradas, portos, aeroportos, escolas, hospitais e prédios públicos de uso comum do povo) com relatórios periódicos publicados para conhecimento e avaliação da população deve ser acompanhado pelo Sistema Estadual de Decisão, Monitoramento e Avaliação Popular, pensando o Estado como um todo e mudando a triste lógica já conhecida dos que vivem na Paraíba, o favorecimento dos acordos políticos.

Ao tempo que for sendo elaborado e implementado o Plano de Desenvolvimento da Paraíba, é fundamental a revisão da legislação estadual com o objetivo de fazer uma justiça fiscal que tenha impacto na ampliação da arrecadação para os cofres públicos e que, ao mesmo tempo, reduza a carga tributária para o cidadão comum, no consumo e nos serviços.

No governo do PSOL vamos inverter a lógica das políticas de desenvolvimento do Estado da Paraíba. Com o objetivo de gerar renda para todos os paraibanos, vamos construir cooperativas de trabalhadores/as por todo o Estado. Desta forma, a partir dos resultados do zoneamento econômico, vamos atuar na organização de trabalhadores/as que dominam determinado ofício, para que estes possam se organizar na forma de cooperativas de produção e, com isso, possam reduzir seus custos, adquirir novas tecnologias e melhorar seus processos produtivos, tornando seus produtos mais competitivos no mercado local e nacional. Como forma de financiar as operações das cooperativas de produção o Governo do Estado contribuirá também na constituição de cooperativas de créditos e, por fim, o governo do PSOL vai garantir assistência para a criação das cooperativas de comercialização da produção. É importante salientar que a constituição e o funcionamento das cooperativas contará com total assistência

tarciogovernador50@gmail.com

técnica e gerencial do Governo do Estado da Paraíba, que também passará a ser cliente dos produtos destes empreendimentos.

3. ESTRUTURA DO GOVERNO POPULAR

Reestruturando para um Governo Popular

A Paraíba não pode seguir com leis sendo descumpridas, instâncias participativas desrespeitadas, servidores/as desvalorizados/as e tratados com truculência pela gestão pública e pela estrutura do Estado, em seu aspecto político ou organizacional, atrelada a velha política. A gestão pública precisa definitivamente ser modernizada, isso significa: garantir a participação popular, valorizar o/a servidor/a e garantir uma estrutura que possibilite o planejamento e o funcionamento do Estado nos diferentes serviços vinculados as suas Secretárias e as Políticas Públicas sob sua responsabilidade.

A lógica orçamentária do Governo da Paraíba precisa ser invertida, os Princípios e as Diretrizes desse Programa garantirão essa inversão. É inadmissível nos dias de hoje um gestor priorizar ampliar o orçamento da Comunicação em 58%, voltada apenas para propaganda institucional, e diminuir em 38% na Cultura, 18% na Defensoria Pública, 25% na Secretaria Estadual de Mulheres e Desenvolvimento Humano, 46% na Educação Infantil, 09% da Segurança Pública e 14% do Saneamento. Em 2011 o Governo só executou 54% do orçamento público e em 2012 não passou dos 64%. A execução orçamentária dos recursos do Estado, associado a auditoria da dívida pública (e os recursos possíveis a partir dela), ao redimensionamento das prioridades do Governo e a reabertura das Coletorias, Agências e Postos Fiscais do Fisco Estadual, garantirão a implementação desse Programa de Governo.

A participação popular na questão orçamentária não se limitará a migalhas do orçamento, será desde a elaboração das Diretrizes Orçamentárias até a construção da Lei de Orçamentária Anual e seu monitoramento. O Orçamento do Povo será a instancia institucional, vinculada diretamente ao Congresso do Povo, responsável por essa área específica da gestão pública.

A estrutura das Secretarias precisa ser revista. A Secretaria de Estado de Comunicação Institucional será transformada na Secretaria de Estado de Política Pública para a Comunicação Social, sair do campo da propagando institucional (e do Governador) e passando a ter uma dimensão de Políticas Pública na política de Comunicação Social do Estado. A Secretaria de

Cultura não pode ser mera figuração, já que não existe Servidores/as concursados em sua estrutura ou mesmo equipes específicas em suas gerências, limitando suas ações a esfera administrativa e não produzindo Políticas Públicas para o Estado como um todo, essa debilidade será resolvida em nosso Governo. A Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, precisa ser desmembrada, o Esporte e o Lazer precisa ser compreendido de forma inter-geracional e não priorizando o esporte de alto rendimento. A reestruturação das Secretarias serão debatidas no Congresso do Povo, instância que debaterá a melhor forma para escolha dos/as Secretários/as de Governo e demais membros do Primeiro Escalão do Governo, desmanchando de vez a política dos acordos políticos e seu toma-lá-dá-cá; os demais cargos comissionados, após o enxugamento necessário de sua quantidade, serão ocupados por servidores/as de carreira de cada área e escolhidos/as entre seus pares.

A transversalidade das diferentes Políticas Públicas é algo que precisa ser imediatamente implementada na Paraíba, para isso todas as Secretarias precisam trabalhar de forma articulada, elemento que perpassa não só a elaboração de ações específicas, como a otimização dos recursos públicos. Além dessa conexão entre as Secretarias, existem alguns aspectos que perpassam todas as Secretarias e suas Políticas Públicas e, ao mesmo tempo, possuem suas especificidades e precisam ser compreendidas como prioritárias, devendo ser articuladas por Secretárias Específicas que serão criadas em nosso Governo, são elas: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Secretaria de Intergeracional da Infância, Juventude e da Pessoa Idosa, é um atraso as políticas para essa população ser pensada nos limites Secretaria de Desenvolvimento Humano; e o desmembramento da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, reivindicada pelos movimentos sociais e necessária para Paraíba.

Em uma análise mais cautelosa e contanto com o apoio dos diferentes Conselhos de Direito, estudaremos a melhor forma de estruturar as Fundações, pois possuem caráter específico e uma urgente necessidade de serem estruturadas em seu caráter transversal. Um exemplo claro do que vamos resolver com essa reestruturação é o trabalho que desenvolveremos na FUNDAC, onde daremos fim a superlotação nas unidades de internação para adolescentes envolvidos/as em atos infracionais e acabaremos com a política de segurança privada nessas unidades, realizando concurso público para equipe técnica especializada e para agentes educativos, trasformando essas Unidades no que de fato elas deveriam ser, Unidades Socioeducativas.

A modernização da Administração do Estado não virá apenas da reestruturação das Secretarias e da lógica de funcionamento do Governo, ainda é fundamental ampliar e aperfeiçoar

o corpo de servidores/as e garantir as devidas condições de trabalho, hoje questionada por todas as entidades que compõem o Fórum dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado da Paraíba; e modernizar a infraestrutura tecnológica que dificulta o trabalho de todos /as servidores/as, desde o momento da elaboração de um ofício, passando pela lentidão da internet para o trabalho de arrecadação do fisco, até impossibilidade de avanços pelos/as servidores/as que trabalham com processamento de dados. A Ingerência político/administrativa sobre o trabalho técnico é outra "cultura" que será duramente atacada pela gestão do PSOL.

É um desrespeito ao povo da Paraíba o Governador receber o 10º maior salário (R$23.500,82, apenas R$3.200,00 a menos que o primeiro lugar) entre os governadores/as do Brasil e sequer pagar seu aluguel, comer lagosta as custas do dinheiro público e utilizar papel higiênico e produtos de limpeza acima da média da população, sem ter nenhum impacto em seu orçamento, é inadmissível. A Granja Santana precisa ser transformada em um espaço de convivência para a população; o Governador precisa pagar suas despesas pessoais com seu salário; e o salário dos políticos precisa ser debatido com a população e ter relação direta com a média salarial dos que vivem na Paraíba. Chega de privilégio!

A Lei precisa voltar a valer na Paraíba, a paridade entre ativos e inativos é constitucional, mas nem mesmo as Leis Estaduais, a exemplo do subsídio do Fisco e dos Policiais Civis, são respeitadas. As Leis que regulamentam a maioria dos PCCR estão sendo descumpridas e diversos adicionais de risco de vida e insalubridade estão sendo desrespeitados. O Governo do PSOL fará valer a Lei.

O Congresso do Povo e a Participação Popular

A Coordenação do Congresso do Povo terá vinculação direta com o Gabinete do Governador e será responsável pela articulação dos diferentes Conselhos de Direito e suas Conferências, inclusive pelo Conselho Estadual de Política Salarial e Aprimoramento das Políticas Públicas que será implementado nos primeiros 100 dias do Governo Popular.

Em respeito ao princípio da participação popular e as deliberações do Conselho Estadual de Saúde e da última Conferência Estadual de Saúde, que deliberaram contra a privatização e/ou terceirização da saúde na Paraíba, no primeiro mês da nossa gestão a saúde do Estado será devolvida para população e a ampliação dos recursos entregues para as Organizações Sociais serão mantidos na administração pública. O mesmo será feito em respeito ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, a decisão do atual Governador de nomear ouvidor da Polícia Militar sem

respeitar a deliberação do Conselho será desfeita, no primeiro mês de gestão nomearemos o Ouvidor da Polícia Militar indicando nome da lista tríplice apresentada pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Respeito a Autonomia dos Poderes e Cumprimento da Lei

Respeitaremos a autonomia dos Poderes, até mesmo pelo fato de sabermos que a partir do momento que o Governo do Estado passar a respeitar e valorizar os/as servidores/as, o mesmo será feito pelo Ministério Pública da Paraíba- MPPB e pelo Tribunal de Justiça da Paraíba- TJPB, diferente do que vemos hoje, situação que o TJPB enfrenta uma grande campanha dos/as Servidores/as em busca de sua valorização e que os/as servidores/as do MPPB buscam elementos básicos, como uma data base, um PCCR e uma reposição salarial, já que estão há cinco anos sem aumento salarial.

Abriremos um debate sério com a sociedade paraibana sobre o funcionamento do Tribunal de Contas da Paraíba, sobre sua composição, hoje com 5 conselheiros (de 7) indicados por um mesmo grupo político e com grandes dificuldades na garantia da autonomia no trabalho dos Auditores do Tribunal de Contas. Essa pauta, apresentada pelo movimento sindical e órgão de transparência, será levada ao Congresso do Povo.

Falar em acesso a Justiça sem a devida garantia do Direito de Defesa é um grande faz de conta, é essa a situação da Paraíba, é urgente que a Defensoria Pública seja estruturada como a população merece. A construção de uma sede própria e adequada a projeção de crescimento que ela terá em nosso Governo, respeito a sua autonomia na garantia legal no repasse do duodécimo, concurso para Defensor Público e para quadro próprio de Analistas, Técnicos e Administrativos, são as medidas imediatas para o fortalecimento da Defensoria Pública e o aprimoramento na garantia do Direito a Justiça, já que outros elementos dependem também das prioridades elencadas pelo TJPB e pelo MPPB.

A Assembleia Legislativa da Paraíba não pode viver refém do Executivo, muito menos a população refém da Assembleia Legislativa e os acordos existentes entre Deputados/as, Secretários/as e Governador. O Congresso do Povo debaterá também a pauta da Assembleia Legislativa, instância que terá suas deliberações legais acatadas pela gestão de Tárcio no Governo.

4. CONQUISTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS

As Políticas Públicas não são benesses de um Governante, mas uma conquista da classe que vive do trabalho em suas históricas reivindicações. Por esse motivo apresentamos algumas medidas do nosso futuro Governo, mas sempre abertos para construção coletiva das medidas necessárias para a garantia de direitos.

4.1. Nossa política de acesso à água

Pensar a estruturação da Política de Acesso à Água na Paraíba não é algo simples, mas evitar o imediatismo, conhecido de todos/as, que provoca dependência política e diversas mazelas relacionadas a saúde - em seu conceito mais amplo - é o passo inicial. Essa política tem relação direta com o desenvolvimento agrário e pecuário, com as atividades da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba- CAGEPA e com as necessidades do Semiárido Paraibano no convívio com a estiagem; mesmo cientes das especificidades de cada um desses elementos, optamos por apresentar, em um mesmo tópico, diversas alternativas para Paraíba.

O investimento na CAGEPA, em uma perspectiva menos empresarial e mais para Política Pública de Acesso à Água, permitirá não visualizá-la como deficitária ou como um peso para o orçamento público. É fundamental ampliar o investimento na CAGEPA, sua modernização e a melhoria das condições de trabalho (hoje o sindicato denuncia a falta de material de expediente e de segurança e o excesso na jornada de trabalho). Reduzir o custo da água para o consumo humano é outra medida imediata (33,29% mais cara nos três últimos anos de governo) que deve ser implementada, desonerando as contas de pessoas físicas e reestruturando a despesa do empresariado.

A terceirização também chegou na CAGEPA e precisa ser expulsa, a qualidade e a otimização dos recursos públicos precisam ser garantidos; a diversidade de empresas para pequenas e diversas atividades no mesmo serviço só prejudica o andamento dos serviços, como denunciaram os/as servidores/as na última greve; garantiremos o acesso a água tratada para os 23,38% (IBGE, 2012) da população da Paraíba que tem esse direito negado.

A agricultura familiar é a mais atingida com a escassa assistência técnica e falta de planejamento de uma política agrícola para Paraíba. Em nosso Governo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca- SEDAP não ficará fora do processo de modernização do Estado, é fundamental que a Secretaria passe a ter um quadro próprio que atenda a demanda da Paraíba, realizaremos o concurso público para SEDAP já com o número de

vagas suficientes para ocupar os cargos que criaremos junto com a implementação da Agência de Defesa Agropecuária e a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola- CEPA.

Antes mesmo da realização do concurso público, pagaremos o adicional dos/as servidores/as lotados na SEDAP, prepararemos uma equipe de formação permanente e criaremos um setor jurídico específico para Secretaria.

Ao pensar a Reforma Agrária em nosso estado os movimentos sociais contarão com Governo do Estado da Paraíba como um forte aliado para impulsionar e essa importante Política Pública. Assumimos o compromisso de assentar todos/as os/as agricultores/as deslocados/as de suas terras para a construção de barragens na Paraíba, possibilitando a estes o acesso a terra para que possam dela tirar seu sustento e contribuir para o desenvolvimento da economia paraibana. Sempre que nosso Governo for planejar ou executar qualquer Política Pública, ira levar em conta os 302 assentamentos que totalizam 14.281 famílias assentadas da Reforma Agrária na Paraíba.

Ao debater a agricultura nosso foco prioritário será sempre o/a pequeno/a produtor/a. Na compreensão do PSOL, o fortalecimento da agricultura familiar é muito mais do que uma política social, faz parte de uma nova visão de desenvolvimento do Estado que tira o foco dos grandes produtores, passando a priorizar a integração e a constituição de cooperativas dos pequenos produtores como indutores do desenvolvimento local e regional. Neste sentido, o governo do PSOL adotará ações visando o fortalecimento de órgãos como a EMATER, INTERPA e EMEPA que serão responsáveis pela pesquisa e assistência técnica, passando a ter um papel de grande importância nessa nova realidade que criaremos no Estado da Paraíba. Por fim, além de assumir a assistência técnica para as cooperativas de pequenos/as produtores/as, nosso Governo também se responsabilizará pela qualificação destes para a gestão administrativa dos empreendimentos, bem como fará aporte financeiro para a constituição destas cooperativas.

O Semiárido como Prioritário

O Semiárido brasileiro é formado por 1.135 municípios, uma área que cabe a França e Alemanha reunidas, um total de vinte e dois milhões e meio de habitantes; na Paraíba são 170 cidades, mais da metade da população, totalizando dois milhões e noventa e dois mil habitantes. Nesse sentido, por mais que a Política de Acesso à Água seja formulada para toda Paraíba, medida que o PSOL tomará no Governo da Paraíba, é preciso considerar o abandono que sofre o Semiárido Paraibano e a necessidade de priorizar essa região que sofre com o período de estiagem por falta de uma política estruturada.

Programa de Governo do PSOL para Paraíba

Os longos períodos de estiagem é uma característica natural do Semiárido, mas a "seca" é uma postura política dos que priorizam as medidas emergências de caminhão-pipa, crédito emergencial (que na maioria das vezes apenas endivida o pequeno agricultor) e distribuição de cestas básicas; medidas antieconômicas e que não possibilitam uma convivência digna da população com esse período de estiagem. O Governo PSOL inverterá essa lógica, as medidas emergências serão executadas em paralelo a implementação de tecnologias já existentes, a exemplo da Cisterna Calçadão, Barragem Subterrânea e outras medidas que podem garantir o armazenamento da água para uso humana, animal e para irrigação.

Com o apoio da ciência e da tecnologia é possível constatar que os problemas provocados pela falta de água não são decorrentes unicamente de uma indisponibilidade física da água, mas da arcaica forma ainda existente para determinados grupos políticos se perpetuarem no poder. A participação da população do Semiárido nas diversas instâncias do Congresso do Povo será decisiva para inverter essa lógica, pensando a agricultura familiar e a Política de Acesso à Água em consideração a dívida histórica que o país tem com essa importante região, priorizando a formulação e implementação de políticas, nas mais diversas áreas, para o Semiárido.

O Governo do PSOL não seguirá a política de culpabilizar o céu e dizer que essa é uma questão histórica e natural, estruturaremos soluções duradouras e efetivas para (e com) o povo que vive e produz nessa região.

O documento criado pelo Profº Ricardo Lucena (UFPB), em contribuição para construção do Programa de Tárcio Governador, é bem didático para entender a realidade da Paraíba e a necessidade de inverter a lógica de prioridades:

> "Tanto que para alguns há água até para produzir grãos para alimentar o gado europeu enquanto que para outros não há água sequer para matar a própria sede. E é sobre isso, sobre essa desigualdade de poder e, consequentemente, de oportunidade de acesso a água, que um novo governo, comprometido com a gente que vive nessa terra tem que sentar esforços no sentido de superar essas mazelas que nos afligem a muito tempo. Como um dos muitos exemplos, podemos citara questão dos perímetros irrigados de Souza. Lá, a lógica do Agronegócio libera água para alguns enquanto que outros ficam a margem da estrada literalmente vendo o rio passar."

tarciogovernador50@gmail.com

A convivência com a estiagem e a qualidade de vida para população do Semiárido é possível. As propostas já apresentadas devem servir de base inicial para elaboração do Pacto pelo Semiárido e pelo Acesso à Água, tarefa que deve ser abraçada por toda população e as mais diferentes esferas de Governo. Assim será possível garantir a dignidade de todo povo da Paraíba sem distinção regional ou aparelhamento político.

4.2. Nossa política de educação

1- Reabertura das 233 escolas fechadas pelo Governador Ricardo Coutinho em 2013, com a garantia da estrutura necessária para o direito a educação;

2- Adotar a escola em tempo integral no Estado da Paraíba, possibilitando que todas as crianças passem o dia na escola tendo acesso à educação, esporte, cultura, lazer e cidadania e, ainda, no caso específico do ensino médio e educação de jovens e adultos, possibilitar o acesso a formação profissionalizante;

3- Faremos um forte investimento em laboratórios de informática com acesso a internet e corpo técnico especializado para que os estudantes também tenham acesso a essa nova e fundamental ferramenta na educação atual;

4- Retornar a jornada de trabalho dos servidores/as, ampliada pelo atual governo sem aumento do salário;

5- Devolução da gratificação de estímulo à docência (GED) e da Gratificação de Estímulo à Atividade Pedagógica (GEAP) dos/as professores/as e especialistas em educação;

6- Nomeação imediata dos diretores eleitos pela comunidade escolar;

7- A Educação Pública não substitui a educação doméstica, mas é direito da população e deve ser garantida com a devida qualidade, qualidade essa que não é responsabilidade unicamente de professores/as; para ampliar essa responsabilidade compartilhada é fundamental a realização de concurso pública para professores/as, bibliotecárias/os, secretárias/os, assistentes sociais, psicólogos, merendeiras, supervisores/as, entre outros;

8- Implementaremos bibliotecas em todas as escolas públicas do estado e criaremos uma rede virtual de bibliotecas que permitam aos alunos acessarem periódicos conveniados com o Governo da Paraíba;

9- Cumpriremos as progressões verticais e horizontais o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração- PCCR do magistério;

10- Pagar à todos os/as professores/as, como vencimento básico, o Piso Nacional da Educação;

11- Realização, no ano anterior a Conferência Estadual de Educação, do Congresso Estadual da Educação, com a participação de toda comunidade escolar para avaliar e construir políticas para a educação estadual;

12- Criação de um Plano de Educação Continuada para os Professores e demais servidores/as da Rede Pública Estadual e de uma política de pós-graduação em convênio com às universidades públicas da Paraíba;

13 – Implementar uma política consistente de educação de jovens e adultos buscando erradicar o analfabetismo que atinge 21,9% (IBGE), da população paraibana sendo 49,1% entre as pessoas com 60 anos ou mais;

14- Fixar percentual de repasse financeiro do Estado para à UEPB e assumir o Compromisso com uma UEPB Pública, Gratuita, de Qualidade e com Autonomia Política, Administrativa e Financeira;

15- Em conjunto com a UEPB, garantir para os/as estudantes residência universitária e um restaurante popular nos campi, proporcionando melhores condições para a comunidade discente;

16- Buscar parceria com o Governo Federal e fixar parceria com a UEPB para uma real estruturação dos campi da UEPB em João Pessoa, Lagoa Seca, Patos, Guarabira e Catolé do Rocha, Monteiro, Araruna, pondo um fim às péssimas condições existentes atualmente nesses campi.

4.3. Nossa política de cultura

1- Reverter o sub-financiamento da Política de Cultura da Paraíba. Alcançar a meta proposta pela PEC 150 (1,5%) até o final do Governo;

2- Cumprir a determinação orçamentária de 0,25% para o Fundo de Incentivo à Cultura;

3- Reestruturar a Secretaria de Cultura, criada em 2011 e até hoje sem servidores/as próprios/as ou mesmo com equipes para cada gerência setorial, impossibilitando que a Secretária elabore Políticas Públicas de cultura para Paraíba;

4- Reverter a Inoperância do Conselho Estadual de Cultura, sem nenhuma resolução desde 2012, garantindo o respeito aos integrantes da sociedade civil ali envolvidos/as;

5- Lançar editais setoriais específicos (música, audiovisual, teatro, dança, artes visuais, cultura popular e etc) e descentralizados, evitando centralização dos recursos na capital;

6- Desburocratizar e aumentar a isonomia e transparência dos processos seletivos, garantindo a distribuição regional e setorial de investimento, além de equipes de pareceristas e comissão técnica de outro estado e com a devida competência técnica;

7- Normatizar e democratizar a política permanente de apoio a eventos culturais com critérios objetivos, programações amplas, apresentação fora do estado, democratização dos recursos;

8- Incentivar empreendimentos e redes de atividade cultural e gestão criativa, respeitando a liberdade criativa e as características originais;

9- Realizar editais públicos de ocupação e programação para os equipamentos culturais (Centros culturais, teatros, museu);

10- Criar o museu da cultura paraibana e estruturá-lo no Tomás Mindelo;

11- Possibilitar a transversalidade da política de cultura com as demais secretarias, em especial com as de Educação, Transito e a Intergeracional. As diferentes expressões culturais precisam ser valorizadas e compreendidas dentro do contexto histórico, sem deixar de respeitar as diferentes expressões culturais da juventude.

4.4. Nossa política de saúde

Para o PSOL a Política Pública de Saúde é mais que a relação saúde doença, as boas condições de vida na segurança, habitação, alimentação, educação, cultura e demais aspectos da vida social são centrais para saúde da população do nosso estado, em outras palavras, a transversalidade da política de saúde deve estar presente em todas as esferas do Governo; contudo, alguns elementos específicos precisam ser apresentados:

1- Fazer um grande debate com a participação dos/as usuários/as, profissionais de saúde e poder público, sobre quais as prioridades em um processo de revitalização da saúde no Estado;

2- Realização de avaliação periódica dos serviços de saúde com a participação dos/as usuários/as e dos profissionais de saúde;

4- Estabelecimento de parcerias com os Municípios no sentido de melhorar a qualidade do atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, buscando implementar equipes multiprofissionais com médicos/as, enfermeiros/as, psicólogos/as, nutricionista, fisioterapeutas e assistentes sociais;

5- Investir em pessoal, equipamentos, manutenção e ampliação dos hospitais públicos regionais para que estes possam prestar um atendimento de qualidade para população na própria região de moradia, não sendo mais necessário se deslocarem para a Capital ou para Campina Grande quando precisarem de atendimento e, consequentemente, diminuindo o número de mortes com o deslocamento de pacientes;

6- Construir o Hospital de Trauma do Sertão Paraibano;

7- Garantia das condições mínimas necessárias para o trabalho da/o Assistente Social de acordo com a Resolução 493 do Conselho Federal de Serviço Social da Paraíba;

8- Ajustar o pagamento do adicional de insalubridade, congelado desde 2003 e permanecendo até hoje em R$40,00;

9- Devolver aos postos de serviço original os/as Servidores/as devolvidos/as para as Gerências Regionais por Assédio Moral ou outro motivo sem justificativa plausível;

10- Garantia do cumprimento da Lei Federal nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que estabelece a jornada de trabalho de 30h para Assistentes Sociais sem redução salarial, assim como respeitar toda legislação referente a jornada de trabalho.

4.5. Nossa política de comunicação

Com a criação da Secretaria de Estado de Política Pública para a Comunicação Social nosso Governo passará a estruturar a dimensão pública da política de Comunicação Social do Estado e será responsável pelo Sistema Público de Comunicação da Paraíba. A criação do Conselho Estadual de Comunicação Social soma-se a este sistema enquanto instância de regulação e acompanhamento social do setor, ambiente de debates e deliberações composto por

Poder Público e Sociedade Civil que, também, terá a atribuição de fiscalizar os investimentos do Governo do Estado para veículos e sistemas de comunicação que ataquem os Direitos Humanos.

Em nosso Governo, a Publicidade Oficial funcionará para além da simples divulgação das ações do governo, cumprirá uma importante função social no sentido de difundir novas práticas e mudanças coletivas, empreendendo processos de conscientização através de uma publicidade de caráter público. Campanhas educativas de preservação ambiental, respeito no trânsito, uso consciente da água, além de outras, como divulgação dos mestres da cultura popular, dos artistas do cenário cultural e dos agentes dos movimentos sociais serão alguns dos aspectos que iremos valorizar.

O Sistema Público de Comunicação da Paraíba será formulado com a participação direta da sociedade civil e favorecerá o fortalecimento das identidades culturais com a pluralidade existente na Paraíba, sem limitar ou favorecer o litoral, e atenderá as finalidades elencadas na constituição (educativas, artísticas, culturais e informativas), entre outras importantes questões. Vejamos outras ações importantes para estruturar o Sistema de forma descentralizada e transversal:

1– Criação da primeira TV Pública do Estado da Paraíba, priorizando o conteúdo regional e o audiovisual paraibano. Essa TV terá estrutura de gestão democrática, composta por conselhos de programação, fiscal, entre outros que sejam definidos pelo Conselho Estadual de Comunicação Social, instância que fará parte do Congresso do Povo para acompanhar essa temática específica;

2– Ampliar o sinal da Rádio Tabajara para toda Paraíba e incorporá-la ao Sistema Público de Comunicação da Paraíba;

3– Fomentar nos municípios paraibanos a produção de comunicação pública e comunitária através de políticas específicas;

As ações elencadas anteriormente, para funcionar de forma efetiva, precisam ser compreendidas dentro do Governo como uma importante política transversal, vejamos algumas propostas dessa transversalidade:

1- COMUNICAÇÃO E CULTURA – Publicar Edital Estadual “Pontos de Mídia” incentivando iniciativas midialivristas, comunitárias e populares em comunicação. Reconhecer

agentes já existentes, propondo uma política de produção de conteúdo sobre a Paraíba, sua cultura, sua arte e sua gente;

2- COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO - Implementar, junto com a Secretaria de Estado da Educação, Programa de Educomunicação nas escolas, trabalhando com a juventude a educação para as mídias, com ênfase na leitura crítica e na produção de novas narrativas junto a juventude;

3- COMUNICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO - Linha de crédito vinculada ao Empreender Paraíba para fomento do empreendedorismo no setor da Comunicação Social, possibilitando o surgimento de novas agências e plataformas que desenvolvam comunicação de maneira não-tradicional.

4.6. Nossa política de defesa do meio ambiente

1. A Paraíba possui pouquíssimas unidades de conservação e as existentes estão com sérios problemas de gestão, é urgente a criação, manutenção e gestão efetiva com fiscalização, segurança e gerenciamento onde haja envolvimento das comunidades circunvizinhas às áreas de proteção; criação do horto florestal para fornecimento de mudas de plantas nativas com vistas a recuperar áreas degradadas. (Horto localizado no bairro Cidade Verde);
2. Sem concurso público desde a sua fundação (LEI N.º 4.033 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1978) a SUDEMA, órgão licenciador e fiscalizador no que se refere ao Meio Ambiente, necessita urgentemente de reestruturação do seu corpo técnico. Uma verdadeira dotação financeira e técnica que garanta a realização de concurso público e a estruturação de PCCR para os/as servidores/as é fundamental para o efetivo funcionamento da SUDEMA na defesa do Meio Ambiente;
3. Todos os mananciais presentes no estado sofrem com a poluição, assoreamento, desmatamento da mata ciliar. Nosso Governo irá promover a revitalização dos rios paraibanos com replantio da mata ciliar, desassoreamento e educação ambiental junto à população ribeirinha;

4. A política estadual de educação ambiental está prevista em lei desde o ano de 2008 (lei 8.728 de 23/12/2008). A educação ambiental deve estar articulada em todos os níveis e modalidades de ensino em caráter formal e não-formal com vistas a envolver toda a população no que concerne à preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. A aplicabilidade da lei será garantida ao tempo que incentivaremos programas e projetos de

educação ambiental em parcerias com instituições de ensino da rede estadual com universidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil, entre outros;

5. Os alimentos geneticamente modificados (transgênicos) tem sido motivo de preocupação de inúmeros cientistas em virtude do perigo que estes alimentos representam à biodiversidade, à segurança alimentar, à saúde humana e animal. Realizaremos campanhas informativas junto a população sobre os organismos geneticamente modificados bem como a importância de se consumir alimentos orgânicos. Os estabelecimentos que comercializam transgênicos deverão ser fiscalizados exigindo-se rigor no cumprimento da lei que obriga a expor alimentos transgênicos em prateleiras ou locais específicos bem como a afixação de cartazes indicando a existência de tais produtos. As escolas em todo o estado paraibano estão proibidas de incluir alimentos geneticamente modificados na composição da merenda escolar;

6. A caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, centro arqueológicos – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores, no Governo do PSOL serão seriamente preservados além de avançarmos na fiscalização e punição aos coloquem em risco tão importante bioma;

7. Atualmente o Estado tem autorizado a construção de usinas termoelétricas, energia bastante poluente e de alto custo; é urgente a democratização da energia, sendo a energia solar como alternativa viável, limpa e econômica;

8. A Paraíba é rica em minérios e tem se desenvolvido bastante na extração dos mais variados minerais, porém, a forma indiscriminada com que estes vem sendo explorados tem trazido inúmeros passivos ambientais e precariedade na mão de obra. O desenvolvimento econômico sem preservação ambiental é uma ameaça a vida, iremos regulamentar a extração de minérios com normas que obedeçam a legislação ambiental, garantindo rigor na fiscalização e no licenciamento;

9. O coque do petróleo é um produto sólido granulado carbonáceo de cor preta, obtido no pré-craqueamento de resíduos de refino oriundos da decomposição térmica de óleos pesados. Sua utilização, como fonte energética, gera dioxinas e furanos, reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde como carcinogênicos (SANTI, 2003);

A Paraíba tem sido um dos poucos estados brasileiros que importam este tipo de produto com o objetivo de abastecer as fábricas de cimento e o seu descarregamento, transporte e armazenamento são realizados de maneira inadequada, provocando danos ambientais e à saúde

da população residente na área que mantém contato com esse produto. Não permitiremos a importação de petcoque e outros produtos que venham a ocasionar danos ao meio ambiente e à saúde da população paraibana;

11. Estimularemos e sensibilizaremos a população para o plantio de espécies florestais nativas bem como implantação de políticas públicas com vistas à substituição de espécies exóticas invasoras por plantas nativas, evitando que as espécies exóticas invasoras prejudiquem a diversidade biológica de alguns ecossistemas;

12. A política nacional de resíduos sólidos é um importante instrumento no que se refere ao enfrentamento dos problemas causados pela falta de manejo adequado dos resíduos sólidos, é necessário que o Governo do Estado contribua com os municípios no que diz respeito a coleta seletiva de lixo, incentivando à criação de cooperativas para a promoção de reciclagem e reaproveitamento de resíduos. A implantação de programas para compostagem de lixo orgânico e o acompanhamento da elaboração dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos dos municípios paraibanos com vistas à destinação adequada dos rejeitos, também, será objeto dessa política.

4.7. Nossa política de Segurança Pública

Nossa Paraíba vive um dos mais alarmantes índices de violência da história, estamos entre os estados mais violentos do país. A capital, João Pessoa, é a terceira cidade em número de assassinato no Brasil e a nona do planeta. As unidades de atendimento socieducativas para adolescentes envolvidos em atos infracionais e os presídios estão abarrotados, todas acima de sua capacidade. Pensar uma política de Segurança Pública é compreendê-la primeiro em seu aspecto preventivo, as Políticas Públicas apresentadas nesse Programa não podem ser vistas como separadas da Segurança Pública.

Pensar a Política de Segurança Pública é enfrentar preventiva e repressivamente o elevado número de mortes por homofobia, racismo e machismo existentes em nossa Paraíba.

Os princípios da não discriminação e dos Direitos Humanos, presentes em todos os eixos do presente documento, são bem mais visíveis pela sociedade quando debatemos Segurança Pública. Isso ocorre, em boa parte, pelo efeito da ação da Polícia Militar- PM, organizada nos mesmos moldes desde o período da Ditadura Militar, seja em seu aspecto repressor, ou seja em sua falta de democracia na organização interna. Por esse e outros motivos, nosso Governo vai

dialogar com os/as Deputados/as Federais e Senadores da Paraíba para apoiarem a aprovação da PEC 51 e permitir que nosso Governo possa optar pela desmilitarização da PM.

Antes da aprovação da PEC, existem inúmeras medidas que podemos aplicar junto a Polícia Militar. A primeira delas é a não criminalização da pobreza e os movimentos sociais; fortalecer o combate ao tráfico em detrimento da ampla perseguição a usuários/as de drogas, estes devem ser atendidos com uma ampla política de redução de danos; não só repor o orçamento da Segurança Pública, como ampliar os gastos com a Segurança. Mesmo com uma polícia militarizada é possível avançar em alguns aspectos da sua democracia interna, algumas medidas para isso são: combater o machismo e a homofobia; consultar base da Polícia Militar antes de nomear os cargos de comando; democratizar do Fundo de Saúde com a participação de todos/as que fazem a PM; envolvimento direto do Governador nos casos de arbitrariedades em prisões administrativas.

Outro aspecto de fundamental importância para melhoria da Política de Segurança Pública da Paraíba é entender os Agentes de Segurança como centrais nesse processo, muitas vezes vitimados em seus direitos humanos. Agentes penitenciários, Policiais Militares e Civis merecem respeito e dignidade como qualquer outro/a servidor/a do Estado.

Inadmissível não otimizar concursos públicos em aberto e ampliar a insegurança dos que vivem na Paraíba ao esperar vencer os concursos e/ou realizar convocações e/ou novos concurso apenas em período pré-eleitoral e eleitoral. O Governo do PSOL possibilitará as condições necessárias para realização imediata de concurso pública para os profissionais da Segurança Pública e para nomear os aprovados/as nos concursos em aberto.

Em nosso Governo as Promoções de Oficiais e Praças serão realizadas como determina a lei e o seguro de vida para Militares e Bombeiros será restabelecido. Nosso Governo terá a clareza de que plantão extra e alimentação não é aumento salarial, ação que faremos ainda nos primeiros meses da gestão.

A não aplicabilidade das medidas mencionadas anteriormente, somada ao elevado número de plantões extras que corresponde a aproximadamente metade do efetivo PM, são responsáveis pela evasão, em média, de 500 policiais por ano e pelo alto número de adoecimento dos/as policiais, chegando a alcançar 9.200 atestados médicos só em 2012. É fundamental construir um plano para alcançar um corpo de Policiais Militares de 17 mil homens/mulheres, meta que nosso Governo alcançará até o final do mandato.

tarciogovernador50@gmail.com

Programa de Governo do PSOL para Paraíba

A nefasta política de bolsa desempenho e de auxílio destrói a paridade entre ativos/as e inativos, além de não representar uma política de aumento salarial, como já dissemos anteriormente. As perdas com a inatividade ou afastamento temporário do serviço, mesmo que seja em decorrência de um confronto em serviço, acarreta uma perda na renda de, em média, 40% do salário, o mesmo ocorre com o/a pensionista no caso de morte dos/as policiais militares. O fim dessa insegurança para ativos/as, inativos/as e pensionistas será uma das principais metas do Governo do PSOL para segurança pública.

Outros dois aspectos que precisam ser rapidamente aprimorados são os relacionados a inteligência e a formação continuada da Polícia Militar. É inadmissível que paralelamente a ampliação de assaltos a ônibus e a bancos, incluindo explosões de terminais eletrônicos, ou mesmo a visível ampliação do tráfico de drogas, o Governo do Estado da Paraíba não tenha sequer um Helicóptero e que encerre a Operação Manzuá, referência em seu formato de organização, e não tenha elaborado nada em substituição; a corrupção não pode ser uma justificativa institucional para o fechamento dessa importante Operação, do contrário o Governo teria apresentado as medidas para responsabilização dos envolvidos nos supostos atos de corrupção.

O mesmo descaso ocorre com a Polícia Civil, é urgente a abertura das delegacias fechadas pelo Governo do Estado da Paraíba e o cumprimento da lei, a exemplo do subsídio dos/as policiais civis e anulação das Medidas Provisórias 221 e 222, ambas inconstitucionais e verdadeiros ataques ao/a Servidor/a Público/a e ao funcionamento da Polícia Civil.

A ilegalidade das MP´s estão no fato delas não representarem Relevância e Urgência (critérios para uma MP) e por seu conteúdo alterar Lei Complementar, alteração essa que só é possível com outra Lei Complementar; além do aspecto da ilegalidade, apresentamos outros elementos em contraponto as MP´s de Ricardo Coutinho que o Governo do PSOL irá desenvolver:

1- Em nosso Governo os/as representantes de classe seguirão tendo direito a promoção funcional. Não permitiremos perseguição aos lutadores/as sociais;

2- Será mantido o prazo de 02 (dois) interstícios em cada classe para a promoção dos policiais Civil;

3- Não permitiremos a arbitrariedade de vincular avaliação funcional para ascensão funcional ao crivo único do superior imediato do/a servidor/a, essa atribuição seguirá sendo de uma Comissão Avaliadora. Basta de arbitrariedades.

#paraalémdasurnas #pordireitoseliberdade

tarciogovernador50@gmail.com

Os baixos salários e a falta de estrutura para o trabalho dos/as policiais civis contribui para evasão de cerca de 700 policiais civis entre 2006 e 2012, a falta de pessoal precisa ser suprida com a realização de concurso público, pagamento do adicional noturno e insalubridade para os policiais que trabalham na carceragem e a reestruturação do PCCR de toda Polícia Civil.

4.8. Nossa política de mobilidade humana

A pauta da Mobilidade Urbana foi o estopim das grandes mobilizações de junho de 2013. As ruas foram tomadas, inicialmente, por manifestantes reivindicando a redução das passagens e rapidamente a pauta foi multiplicada pela ampla reivindicação por direitos que tomou a amplitude do direito a cidade em sua completude. O PSOL entende essa ampla pauta e a necessária inversão que garanta a ordem, a ordem que garanta direitos para ampla maioria da população.

Optamos por utilizar o termo Mobilidade Humana por entender que a responsabilidade do Governo do Estado deve ser com as Pessoas e não para a indústria de automóvel ou empresas especializadas em construção de estradas, pontes e viadutos. Por mais que a pauta da mobilidade esteja aparentemente mais próxima das administrações municipais, o PSOL tem a total convicção que não se limita a isso, em nossa gestão no Governo do Estado para Mobilidade Humana será posta em prática; começaremos pela devolução das rodoviárias ao povo da Paraíba e a seus visitantes.

A construção de estradas não é uma política menor, como pensa alguns, essa política liga pessoas, garante emprego, potenciliza o comércio e garante mais tempo livre na vida das pessoas. Para garantir esse direito o Projeto "Caminhos da Paraíba" precisa de fato ser implementado, o que significa não executá-lo na lógica dos apoios políticos, mas da necessidade da população de toda Paraíba. É grande a propaganda referente a construção de estradas, mas ao olharmos para caminhos perto da Capital, a exemplo da ligação em entre a BR 230 e Sapé ou, nesse caso pior, o caminho que poderia encurta o a chegada de Campina Grande para Pedras de Fogo, o que vemos é buraco e risco de morte para motoristas e pedestres; não é diferente na região de Catolé do Rocha ou Itaporanga e Piancó.

As concessões públicas para o Transporte Público Metropolitano ou Intermunicipal serão realizados de forma pública e democrática, enquanto o Governo do PSOL estrutura a Empresa Paraibana de Transporte Público. Daremos um fim ao sofrimento dessas pessoas que sobrevivem

de um transporte ruim e escasso. Só quem é estudioso do assunto ou já precisou pegar um ônibus de João Pessoa para Princesa Isabel; estudar ou trabalhar em cidades ou mesmo buscar lazer em cidades vizinhas, a exemplo de Lagoa Seca, Massaranduba e Campina Grande, sabem do que estamos falando.

Pensar a Mobilidade Humana é garantir uma estrutura que: permita aos/as estudantes, em pleno Século XXI, não precisarem mais andar em Rural Lotada ou Pau de Arara para frequentar suas escolas; garanta aos/as usuários/as o atendimento nos hospitais regionais ou outras unidades de saúde da sua região; possibilite uma interação cultural e esportiva entre toda Paraíba; seja possível o convívio entre amigos/as, namorados/as e familiares em cidades vizinhas; que a cultura e o lazer seja possível para além das fronteiras intermunicipais e interestaduais.

O Transporte Público ou a política de Mobilidade Humana como um todo, não pode ser compreendida como mercadoria, como algo do direito do consumidor, é essa lógica que impede o seu avanço e limita o desenvolvimento local e regional; a Política de Mobilidade Humana no Governo do PSOL será tratada como uma Política Pública e será custeada pelo Poder Público e pela iniciativa privada que dela extrai seu lucro. No Governo do PSOL o Passe Livre para Estudantes e Desempregados/as será uma realidade na Paraíba.

#TÁRCIO_PSOL_50

Candidato a Governador da Paraíba pelo PSOL-PB

Agradecimento: Alexandre Nader, Alexandre Santos, André Antério, Áurea Augusta, Brunno Ferreira, Gustavo Paiva, Heriberto Coelho, Raquel Limeira, Ricardo Lucena, Socorro Fernandes, Lauro Xavier, Silvano Moraes. Estendemos nossos agradecimentos a todos/as que de forma ampla contribuíram para elaboração desse programa e aos que já se colocaram a disposição para sua ampliação no momento oportuno.

Comissão de Sistematização: Tárcio Teixeira, Avenzoar Arruda, Roberto Jeferson e Nelson Junior.

#paraalémdasurnas #pordireitoseliberdade

tarciogovernador50@gmail.com